



## “Maria Maria”: o percurso co(n)textual de uma recategorização pela via ressignificada da teoria

### *“Maria Maria”: the co(n)textual path of a recategorization by the resignified pathway of the theory*

Silvia Adélia Henrique Guimarães

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), Rio de Janeiro,  
Rio de Janeiro / Brasil

sguimaraes05@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8208-0133>

**Resumo:** O presente estudo nasceu de dois objetivos centrais que se retroalimentam. O primeiro é discutir o estatuto atual da teoria da recategorização compreendido pela dimensão discursiva e perpassado pelos níveis cognitivos e interacionais (JAGUARIBE, 2007; LIMA; CAVALCANTE, 2015; CAVALCANTE; BRITO, 2016). Por meio da análise do texto “Maria Maria”, mediante a perspectiva do discurso literomusical (COSTA, 2001), o segundo objetivo foi testar os limites atualmente evocados para a recategorização. Para testar esse limite e as potencialidades do processo de recategorizar, este ligado intimamente ao próprio ato de referir, foi estudado o referente “Maria” pelos aspectos macrossociais e investigados *como* e *por que* o objeto de discurso instaurado chega a representar, por meio da recategorização, grupos distintos, de lutas e de classes também distintas. Trata-se de uma abordagem que encontra ancoragem em outras pesquisas que estudam nomes próprios (CUSTÓDIO FILHO, 2011; BASSETTO, 2015; SOARES, 2018), mas que delas se distingue por observar um contexto de recategorização que transcende a constituição referencial inicial e passa a representar diferentes objetos do mundo.

**Palavras-chave:** referenciação; recategorização; discurso literomusical.

**Abstract:** The present study is born from two central objectives, which are retro nourished. The first is to discuss the current status of the theory of recategorization understood by the discursive dimension and run through by the cognitive and interactional levels (JAGUARIBE, 2007; LIMA; CAVALCANTE, 2015; CAVALCANTE; BRITO,

2016). Through the analysis of the text “Maria Maria”, seen from the perspective of the literature-musical discourse (COSTA, 2001), our second objective was to test the limits currently evoked for Recategorization. To test this limit and the potentialities of the process of recategorization, this linked intimately to the very act of referring, we study the referent “Maria” from the macro-social perspective and investigate *how* and *why* the object of discourse instituted comes to represent, through recategorization, distinct groups, of social struggles and distinct classes. It is an approach that finds support in other researches that study personal names (CUSTÓDIO FILHO, 2011; BASSETTO, 2015; SOARES, 2018), however distinguished from these, because we observe a context of recategorization that transcends the initial referential constitution and becomes able to represent different objects of the world.

**Keywords:** referring; reclassification; literature-musical discourse.

Recebido em 14 de agosto de 2019

Aceito em 07 de outubro de 2019

## Introdução

Objetivamos, com este artigo, ampliar as discussões atuais sobre a teoria da referenciação, especificando nosso interesse nos estudos da recategorização sob o enfoque cognitivo-discursivo. Para isso, selecionamos a letra da música “Maria Maria”,<sup>1</sup> composta por Milton Nascimento e Fernando Brant, no final dos anos de 1970, analisando-a na relação texto e co(n)texto – o de produção e o de “recepção”.

A escolha pela letra dessa música não foi aleatória, tampouco neutra. Foi motivada por um evento social, para nós, instigante: no encerramento de uma banca de arguição, cuja tese de doutorado, de natureza sociopolítica, tinha como epígrafe parte da canção “Maria Maria”, um dos arguidores citou a epígrafe, então, exaltando sua relação

---

<sup>1</sup> Na seção 3, explicitaremos nosso entendimento da canção como gênero híbrido que, por isso, deveria ser estudado em sua completude multissemiótica. Por termos nos concentrado, no artigo, (quase) exclusivamente na análise da letra da canção, consideramos necessário, na mesma seção 3, justificarmos nosso recorte. Antecipamos, porém, que essa escolha deveu-se, basicamente, à nossa opção por um aprofundamento analítico, o que não poderia acontecer se abrangêssemos os demais aspectos semióticos do gênero canção.

com a tese e relatou sentir-se, também, representado pelo texto. Tal relato incitou-nos, tendo em vista tratar-se de um homem, branco e bem-sucedido, levando-nos à pergunta geradora da investigação: “Como ocorre, textualmente, a recategorização do objeto de discurso “Maria”, na canção “Maria Maria”, de modo que o referente possa ser socialmente homologado como representante de diferentes entidades do mundo?”. Tal contexto levou-nos a uma investigação que, de natureza qualitativa, conduziu-nos a discutir fatores teóricos, metodológicos, linguísticos e discursivos, tudo isso pelo viés da referenciação – escolha que, também, não foi aleatória ou neutra.

As discussões contemporâneas sobre a recategorização têm propiciado uma guinada nas investigações pertinentes às produções de sentidos dos textos e, inclusive, têm levado pesquisadores a localizarem certos fatores que conduziam leitores/ouvintes a compreenderem determinados textos da forma peculiar. Trata-se de uma abordagem epistemológica da recategorização que não deve permitir, como se fazia anteriormente, um julgamento pejorativo sobre a compreensão textual efetivada distintamente do que se esperava, como se o interlocutor tivesse falhado em ativar o sentido pronto e pontual presente no texto, previamente construído.

Entende-se, contemporaneamente, que os fatores que ativam um ou outro tipo de compreensão de determinado texto só poderiam ser percebidos se extrapolassem a noção de textualidade, conforme esta é entendida pelos princípios exclusivamente linguístico-gramaticais e, ainda, pela a abordagem lógico-semântica. Ou seja: todo o princípio epistemológico da recategorização e das noções que a perfazem – desde a linguagem, passando pelo texto e pela referência – está fundado na noção, primeira, da sociocognição (BLIKSTEIN, 1983; KOCH, 2004; SALOMÃO, 1999).

Nessa perspectiva, o leitor é assumido como responsável pela atualização dos sentidos de um texto, e não mais como o receptáculo de um produto. Dessa forma, os saberes sobre o mundo, os carregamentos ideológicos, o lugar e o papel sociais que o produtor ocupa e cumpre, por exemplo, são materializados no texto; e, por sua vez, esses mesmos fatores contextuais são ativados pelo leitor/ouvinte para recarregar esse texto – não sendo o texto, mais, visto na concepção dicotômica com o discurso, mas em relação de imbricação texto-discurso.

Avançada essa primeira fase e entendidos os preceitos que embasam a teoria da referenciação, restou-nos, ainda, superar, especificamente, na teoria da recategorização proposta por de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), a noção de que a recategorização é manifestada pela relação correferencial anáfora/fonte, sendo manifestada contextualmente e, especificamente, pelas expressões nominais. Vários pesquisadores têm-se debruçado sobre essa problemática, sobretudo, no contexto brasileiro, e têm considerado corrente que se redimensione a noção de recategorização para o mesmo nível de entendimento da referenciação e de texto: uma noção que coapte texto e contexto pelas manifestações várias que lhes são possíveis e inerentes – os elementos vários, verbais, ou não, presentes no texto ou/e fora dele (CAVALCANTE; BRITO, 2016; LIMA; CAVALCANTE, 2015).

Trata-se de uma atualização teórica que, de fato, permite coadunar aspectos cognitivos, textuais e pragmáticos na compreensão dos textos. Assim, se, anteriormente, o processamento de um referente, mesmo visto pela ótica sociocognitivista, era considerado improcedente, pelo fato de os leitores/ouvintes acrescentarem aos textos informações que lhes eram alheias, atualmente, podemos voltar a esses textos, classicamente interpretados por modos mais tradicionais, e observar que neles há pistas que autorizam sentidos anteriormente desconsiderados. Ademais, precisamos problematizar o nosso próprio fazer teórico quanto à construção de sentidos, quando, em teoria, corroboramos o valor sociocognitivo da referência, mas, em nossas práticas, muitas vezes parecemos impingir sobre determinados processos referenciais de valores analíticos que desconsideram uma gama de outras possibilidades na construção de sentidos, a depender do lugar sociocognitivo de diferentes grupos de interlocução; assim, parecemos ignorar a natureza de negociação constitutiva da construção do referente – que se faz na interação com cada interlocutor ou grupo, em cada interação.

Por entender a relevância dos pontos elencados, consideramos produtora refletir sobre a noção redimensionada da recategorização por dois veios possibilitados por “Maria Maria”. O primeiro veio relaciona-se ao meio discursivo pelo qual se pode materializar a recategorização. Acreditamos que uma formação discursiva que se materialize por meio da mobilização de aspectos linguísticos distintos do usual amplifique as potencialidades da recategorização nas práticas sociais pertinentes a essa formação discursiva. O segundo veio aciona o gênero textual pelo qual

um determinado objeto do discurso será instaurado e recategorizado. Este segundo eixo é importante porque, a depender do gênero pelo qual se materializem as relações sociais, uma ou outra construção do referente dar-se-á no discurso. Por essa razão, optamos pelo discurso literomusical. De um lado, a natureza semântica que subjaz sua materialidade de cunho poético, cujos conteúdos lexicogramaticais acionam sentidos menos previsíveis do sistema linguístico, o que amplifica, por si só, o caráter da instabilidade do referente e redundante, por isso mesmo, em uma discussão ainda mais instigante sobre a momentânea estabilização desse referente. De outro lado, a natureza contextual do gênero, no cenário brasileiro, que se apropria dessa forma de expressividade de modo que ajuda a construir a face identitária do país, com canções que representam, ideológica, expressiva e socioculturalmente a nação. Esse segundo veio contribui para o constructo mais discursivo da construção e recategorização do objeto de discurso – isso a ponto de o referente Maria poder receber valor axiológico? Fato é que ambos os veios deságuam na natureza discursiva da recategorização, o que potencializa as discussões e, inclusive, pode colaborar com a sedimentação da teoria.

Para cumprir o objetivo central da investigação, exaltar, no redimensionamento da teoria da recategorização, o enfoque cognitivo-discursivo e analisar um texto literomusical pelas diferentes possibilidades de estabilização do referente “Maria”, simultaneamente à perspectiva do projeto de dizer do produtor, organizamos o artigo em seis partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção, delimitamos o lugar teórico no qual nos inscrevemos, apresentando os principais estudos que fundamentam a noção de recategorização que assumimos. Na segunda seção, especificamos a teoria com exemplos relacionados à análise que empreendemos na investigação, o que contribui para as discussões que elaboramos. Na terceira seção, recortamos o enfoque metodológico que nos conduziu na pesquisa. A partir de então, concentramo-nos no texto eleito para a análise, que foi visto por diferentes enfoques: na seção quarta, o enfoque mais linguístico; na seção quinta, algumas atualizações do referente a partir do lugar sociocognitivo do interlocutor (observando a coconstrução de sentidos possíveis, também, na construção colaborativa em textos assíncronos). Já na sexta seção, discutimos a estabilização do referente pela perspectiva do contexto de produção do texto, em seu aspecto mais contextual e (por que não?) mais interdisciplinar, passando pela história da música “Maria Maria” em sua

relação com a história brasileira, bem como pelo contexto sociocultural de sua constituição. Destacamos, entretanto, ter sido esta uma divisão exclusivamente metodológica, pois acreditamos que essas dimensões estão totalmente imbricadas e não é sempre que os empreendimentos cognitivos na elaboração de um referente dão-se da maneira como os especialistas apresentam. Acreditamos que essa sexta seção contribui, de forma bastante efetiva, com o aparato da teoria da recategorização, conforme tem sido empreendida na atualidade. Por fim, apresentamos as discussões gerais dos resultados, finalizando com algumas considerações gerais deste empreendimento analítico, realizado em um campo altamente fértil e em amplo debate na atualidade.

## **1 A teoria da recategorização e o viés sociocognitivo-discursivo**

A fase contemporânea da Linguística Textual acrescenta uma perspectiva sociocognitivista às tendências sociodiscursivas e interacionistas, mais comumente assumidas pelos estudos da área (ADAM, 2011; BRONCKART, 2012; CAVALCANTE, 2011; KOCH, 2004). E tal cenário autoriza um redimensionamento da própria noção texto-discurso, que deságua em pesquisas que ampliam as potencialidades descritivas do texto, assumindo, além dos aspectos verbais, os aspectos multilinguajeiros, intertextuais e, também, os aspectos contextuais (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010).

Nessa perspectiva, esperamos que os aspectos contextuais assumam seu lugar de importância, a ponto de deixarem de ser considerados coadjuvantes de determinada análise, para serem, fatalmente, integrantes dessa análise.

Da ótica dos estudos cognitivos, Van Dijk (2012) defende que o modelo de experiências, reiterado, sistematicamente, em determinado lugar social, gera um modelo de contexto, sendo este revelado *na e pela* língua. Assim, a noção de contexto passa a extrapolar a noção de lugar físico a que se expõe certo sujeito, com informações “sobre” esse lugar, e passa a localizar-se, como modelo cognitivo, na própria interação, gerando sua manutenção, reprodução – ou mudança – por meio da própria linguagem. Em outras palavras, trata-se de uma noção de contexto que abrange uma construção social, psicológica, cognitiva, de um sujeito, que permeia e é permeado por padrões discursivos que podem ser descritos na língua.

Observamos o texto, nesse redimensionamento de sua relação com o discurso e com o contexto, do ponto de vista teórico da referenciação. Temos visto ser bastante produtor analisar a progressão textual com vistas a um projeto de dizer nessa relação micro e macro(contextual). E sobre esse recorte teórico, na perspectiva sociocognitivista, já é ponto pacífico a superação da noção da referência pelo parâmetro de estabilidade apriorística entre mundo e designação.

Os pesquisadores que se coadunam à proposta de Mondada e Dubois (2003) assumem, a partir dela, o termo “referenciação” para retratar a “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20). Assim, a tendência atual redireciona o sentido de referência para uma construção mais virtual, de processo, e compreendem que a referenciação revela saberes linguísticos, em todos os âmbitos, intenções e ideologias (CAVALCANTE, 2011; KOCH, 2011; KOCH; MARCUSCHI, 1998).

Essa base epistemológica resulta na concepção do objeto de discurso, que se manifesta, em sua imanente instabilidade, momentaneamente estabilizada, por meio da coconstrução. Essa coconstrução é permeada pelas negociações realizadas entre os sujeitos intersubjetivos, no ato da interação, em maior ou menor grau. Com isso, o objeto de discurso pode ser instaurado no texto verbal, não verbal, ou multilinguajeiro, seja esse texto sincrônico, ou diacrônico.

Essa forma de olhar a referência interfere diretamente nos processos que a circunscrevem, sendo, um deles, a recategorização – nosso recorte teórico-analítico. Iniciemos tal recorte pela definição de *categoria*, que tem a mesma premissa da instabilidade dos referentes: “não são [as categorias] nem evidentes nem dadas de uma vez por todas, elas são mais o resultado de reificações práticas e históricas de processos complexos, compreendendo discussões, controvérsias, desacordos” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 28, acréscimo nosso). Essa instabilidade está igualmente posta pelas situações de interação e pelos moldes da cognição em que se operam os textos.

O referido trabalho, em que Mondada e Dubois (2003) definem a noção de categorização, resultou no artigo de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), em que eles propõem a noção de *recategorização*, defendendo que esta homologa, por meio de uma expressão referencial renomeadora, as transformações imputadas ao objeto de discurso

introduzido. Em outras palavras, para eles, a recategorização é efetivada pela operação lexical. Creem, ainda, que a evolução do referente é permanente, conquanto o objeto de discurso modifique-se, também, pela predicação que lhe é conferida, fato que pode levar a alterar a carga representativa do referente na memória discursiva.

Trata-se de um conceito que vem sendo amplamente debatido, desde sua proposta, especialmente, pelo fato de os estudos contemporâneos conseguirem observar a referência de modo cada vez mais atrelado à perspectiva discursiva do texto, o que possibilita estudar sua tessitura pelos aspectos mais cognitivos. Exatamente por isso, Cavalcante (2005) já propunha uma reelaboração do conceito de recategorização, ampliando-o para esse patamar mais discursivo que não foi previsto pelos proponentes. Elabora Cavalcante (2005, p. 132):

[a] “recategorização” é, por definição, uma alteração nas associações entre representações categoriais parcialmente previsíveis, portanto, em nossa visão pública de mundo. A menor ou maior desestabilização da categoria em mudança é o próprio traço, explícito ou implícito, que define a recategorização de um referente, quer tenha ele sido já introduzido no discurso para ser transformado, quer não tenha sido e se recategorize apenas mentalmente, no próprio momento em que o anafórico remete indiretamente à sua âncora.

Em trabalho posterior, em que a noção de recategorização volta a ser discutida, dessa vez, com base em diferentes pesquisas realizadas na década, Cavalcante e Brito (2016) conseguem desenhar, de forma mais delineada, o percurso e o redimensionamento da teoria. A tese basilar das pesquisadoras para as demais considerações é a confirmação de que a limitação do processo a uma operação de designação lexical equivaleria à limitação das potencialidades da própria teoria.

Trata-se de uma década e meia (aproximadamente) em que se percebe um avanço significativo da teoria, por meio de um desenvolvimento significativo, porém gradativo, ao observar-se a soma dos estudos desenvolvidos nesse período. Citemos alguns exemplos desse caminhar cuidadoso e, por isso mesmo, prescindido de rupturas radicais: embora, em uma abordagem anterior sobre o tema, Cavalcante (2005) já divergisse da abordagem inicial de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), a pesquisadora ainda atrelava a recategorização à remissão por meio de



expressões referenciais. Seguindo essa tendência de problematizar a teoria e efetivar as potencialidades analíticas atinentes à referenciação, Jaguaribe (2004), Ciulla (2008) e Lima (2009) já descolavam a noção de recategorização da relação exclusiva com as expressões referenciais, ainda que não tenham ultrapassado, em seus *corpora*, os limites verbais relacionados às relações anafóricas.

Sistematizar os tensionamentos e redimensionamentos da Linguística de Texto (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010) parece ter apontado para a necessidade de ainda mais investigações da área acompanharem tal perspectiva agora mais visível. Trata-se de uma perspectiva que melhor respaldou investigações posteriores sobre a referenciação quanto ao afastamento daquele caráter mais inicial da teoria – e, com isso, de um interesse exclusivamente classificatório dos elementos linguístico-gramaticais –, para se aproximarem de uma dimensão ainda mais cognitiva – acompanhando a noção multimodal, cognitiva e discursiva que já se fazia do texto.

Esse redimensionamento possibilitou não apenas que se passasse a pensar em aspectos mais voltados à natureza constitutiva da recategorização – pode ocorrer por meio de múltiplos fatores e semioses? (CUSTÓDIO FILHO, 2011) –, mas também ao aspecto semântico da recategorização – pode ocorrer por meio da instrumentalidade da anáfora indireta? (JAGUARIBE, 2004) – e, ainda, ao aspecto conceitual da teoria – dever-se-ia manter a distinção de categorização-recategorização? (CIULLA, 2008).<sup>2</sup> Isso, somente para citar exemplos de abordagens redimensionadoras do processo.

Postas essas considerações, vemos que a noção revisitada da recategorização remete ao necessário entendimento de que a teoria deve estar efetivamente coadunada com a natureza de língua e de texto assumidos na atualidade, não podendo prescindir de toda a potencialidade de seu avanço, o que faria destoar, portanto, teoria e práticas metodológicas. Assim sendo, homologa-se a tese de que toda retomada se ancora em alguma elaboração prévia, ainda que esta

---

<sup>2</sup> Importante notar que, embora Ciulla (2008) defenda a não distinção dos termos categorizar/recategorizar com argumentos pautados na via teórica da cognição, acreditamos que manter essa distinção seja importante, minimamente, para marcar a identidade teórica atualizada da recategorização, que já está distinguida da proposta inicial de “categorização” encontrada em Mondada e Dubois (2003).

se dê, exclusivamente, pelo aparato cognitivo, podendo prescindir, inclusive, quando necessário ao projeto de dizer, de uma materialização via expressões referenciais (CAVALCANTE; BRITO, 2016; LIMA; CAVALCANTE, 2015), produzindo-se estudos com maior potencial analítico e com produtividade teórica.

## **2 A teoria da recategorização e o prisma co(n)textual de análise**

Não se findam na materialidade cotextual as aplicabilidades da recategorização. Se, conforme temos acompanhado, nesse desenvolvimento da noção de texto, ele se constitui na imanência das práticas sociais, destacamos o argumento que queremos tecer para contribuir com a teoria da recategorização. Apesar de já estar postulado que os diferentes fatores podem contribuir para a recategorização do referente, ainda temos visto poucos trabalhos que se concentrem, de forma mais exaustiva, a partir da materialidade de um texto, no modo como os fatores contextuais – no sentido amplo da macroestrutura social –, podem interferir no processamento da recategorização.

Aqui, reiteramos nossa discordância de que esse tipo de recategorização seja aleatório, tampouco desprovido de pistas textuais, por exemplo. Esse tipo de concepção anularia o método de trabalho que a teoria do texto vem buscando ao longo das décadas. Ao contrário disso, o que pretendemos mostrar, na análise que empreendemos, é que, a partir das pistas elaboradas em determinado texto e com características lexicogramaticais que se podem dizer intencionais (tendo em vista que, embora nenhuma escolha seja neutra, há aquelas que são inconscientes), o interlocutor estará autorizado a recategorizar determinado referente; contudo será o seu contexto social de recepção que guiará o sentido da recategorização, ao qual chamaremos, inicialmente, de recategorização social. Portanto, ao mesmo tempo que isso põe em jogo a negociação do referente e a instabilidade dele, isso põe em tela que o lugar social ajuda a estabilizar, conforme refere Alves Filho (2010).

Por concentrarmos nosso interesse na modalidade verbal, tendo em vista nosso foco de análise, detivemo-nos a observar como ocorre a produtividade das pesquisas com essa modalidade da língua, ao empreenderem análises pelo viés da recategorização. Além disso, interessava-nos o discurso literomusical e, na materialidade deste artigo, especificamente, a letra de música.

O trabalho de Jaguaribe interessa-nos pelo fato de ela ter-se concentrado em textos poéticos e, simultaneamente a isso, por ter empreendido esforço conceitual sobre como as anáforas são reelaboradas pelo aparato cognitivo, tendo ela elegido, entre outras ocorrências, as situações de repetição lexical. Ela assentou seu argumento sobre recursos linguísticos outros, como as expressões atributivas, enquanto instrumentos linguísticos cotextuais que homologam a recategorização da anáfora operada por repetição lexical.

Para Jaguaribe (2004, 2007), o texto literário abre caminho para que se observem, mais atentamente, os diferentes sentidos que podem ser atribuídos a uma palavra, visto que, ainda que pela repetição *ipsis litteris*, ela possa sofrer remodulações. Apesar de a recategorização, por meio da repetição aliada às pistas co(n)textuais, não ocorrer apenas em textos poéticos (conforme, também, já mostrou GUIMARÃES, 2018) com textos de linguagem ordinária que apresentavam altíssimo índice desse tipo de ocorrência), o texto poético parece sensibilizar o aparato cognitivo do leitor para esse tipo de expectativa – talvez pelo senso mais comum de que os textos têm, exatamente, o objetivo de trabalhar os diferentes sentidos das palavras. Para Jaguaribe (2004, p. 2599),

[o] interlocutor do texto literário recebe-o com atitude alterada, o que lhe permite estabelecer com o locutor um pacto de cooperação do qual dependem basicamente as variadas possibilidades de leitura. Assim sendo, parece-nos que as recategorizações, implícitas ou explícitas, possam ter uma grande importância na construção dos sentidos do texto literário.

Vejamos uma recategorização analisada pela pesquisadora, no poema de Paulo Leminski (JAGUARIBE, 2007, p. 233):

O amor, esse sufoco,  
Agora há pouco era muito,  
Agora, apenas um sopro

Ah troço de louco,  
corações trocando rosas,  
e socos

Segundo propõe Jaguaribe (2007), expressões como “esse sufoco”, “troço de louco” e “corações trocando rosas/e socos” contribuem para modificar o estatuto da introdução referencial. Assim, o referente

“amor”, que, inicialmente, tem grande potencial para receber o valor semântico reconhecidamente romantizado pela sociedade ocidental, pode assumir novas características. Ela apostou, para isso, na alteração de esquemas mentais promovida pelos atributivos. Assim, diferentemente do que outros autores já propuseram,<sup>3</sup> a autora supera a possibilidades polissêmicas dos itens lexicais e supera, também, a concentração na saliência de um dos traços semânticos do objeto designado. Vejamos outro exemplo (JAGUARIBE, 2007, p. 235):

### ÁGUA

A água rolando na rua  
 a água rolando na rua deserta  
 a água molhando ao pele da pedra  
 (coitada, ela tem frio)  
 a água rolando na rua  
 a água no olho do homem sozinho  
 a água pingando dentro do homem sozinho  
 (quase na se escuta)  
 a água rolando na rua  
 a roda do automóvel machucando a água  
 a água chorando baixinho as margens da noite  
 a água toda suja de tristeza  
 a solidão da água  
 a água rolando na rua  
 a água rolando na rua deserta

Ao proceder à análise das recategorizações presentes no texto, a pesquisadora destaca que o referente “água” sofre diversas mudanças ao longo dos versos. Para ela, a análise em questão é uma amostra da instabilidade inerente ao objeto de discurso e da desestabilização de sentido possível pela relação entre os elementos vários do co(n)texto. Vejamos que o referente “água” desperta, nos cinco primeiros versos, a noção básica de composto químico (H<sub>2</sub>O); entretanto, nos demais versos, é recategorizado como lágrima.

<sup>3</sup> Koch e Marcuschi (1998) corroboram a tese de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), analisando casos em que se pode promover a recategorização a partir de um mesmo item lexical. Tal pressuposto baseia-se no atributo polissêmico do lexema.

Além de análises como as exemplificadas, que observam a recategorização promovida pela repetição, outras pesquisas já dão conta de sinalizar a produtividade dos nomes, desta vez os nomes próprios, na recategorização de um referente – especificidade da repetição que nos interessa.

De uma perspectiva mais pragmática, Bassetto (2015) atestou que o nome próprio pode transpor da função designadora para atribuidora (tanto por meio de atributos resultantes do momento da interação como por meio de atributos mais cristalizados, por apresentarem mais “previsibilidade” relacionada a certos nomes).

Também Soares (2018) observa a recategorização pelo nome próprio e suas funções discursivo-argumentativas. Partindo da tese de Bassetto (2015) e pautando-se em uma perspectiva mais sociocognitivo-discursiva, ela estudou os efeitos persuasivos que resultam das modificações morfossemânticas dos nomes próprios analisados.

Em 2011, Custódio Filho também já pontuava a designação e a repetição do nome próprio, com isso, corroborando a noção de que a anáfora ultrapassa o objetivo puro de identificação/manutenção do objeto designado. O pesquisador estudou a designação do referente “Capitu”, de Dom Casmurro, e a retomada desse mesmo referente ao longo da obra machadiana. Para Custódio Filho (2011), mais importante do que informar ao leitor quem é a personagem sobre quem se fala (ou que fala) na narrativa, trata-se do estabelecimento de como essa personagem será construída ao longo da história e como as modificações desse nome (permeadas pelas informações sobre ela, agregadas ao longo de toda a narrativa) contribuem para a compreensão da narrativa como um todo – e a construção desse ser como um ser polêmico na narrativa –, o que reitera as funções de confirmação, acréscimo e retificação propostas pelo pesquisador.

O presente estudo distingue-se desses três, por duas razões: não pretendemos tão somente apresentar como a personagem “Maria”, no texto analisado, é constituída: ou por meio das anáforas diretas; ou por meio da construção argumentativa do texto pela via de anáforas indiretas; ou por meio da cristalização/previsibilidade do nome “Maria”; ou por meio exclusivo de suas recategorizações pelos atributivos – embora cada um desses fatores componha a análise. O que pretendemos é ampliar o escopo dessa análise linguístico-discursiva para um lugar mais social, de modo a observar qual o fenômeno que autoriza que esse nome seja recategorizado em âmbito macrossocial, a ponto de fazer representarem-

se, por meio dessa recategorização, distintos grupos sociais, em distintas esferas discursivas e distintos momentos históricos.

Refletir a recategorização a partir da transposição de momentos históricos, de vozes sociais e de contextos socioculturais leva-nos à problematização sobre o dialogismo, já provocada por Alves Filho (2010). Para o pesquisador, é limitador pensar a estabilização do referente – e, aqui, sublinhamos as estratégias que lhe subjazem – e não agregar à discussão os aspectos dialógicos que considera que são inerentes à questão.

Alves Filho (2010) acredita que as reflexões sobre o dialogismo, no âmbito da construção da referência, não poderiam ficar no plano do subentendido. Para o pesquisador, essa noção bakhtiniana, assumida nos estudos da referência, pode contribuir para entender, minimamente, como certo “objeto de mundo” pode ser distintamente significado no discurso. O pesquisador elucida a questão com o exemplo dos objetos de discurso “casinha” e “palacete” que, elaborados discursivamente por enunciadores em lugar social, cognitivo e discursivo distintos, aponta para o mesmo objeto mundano. Esse fenômeno, a que Alves Filho (2010) denomina “plurilinguismo referencial” contribui, inclusive, para o aprofundamento da reflexão do pesquisador, que argumenta a partir do modo como grupos sociais distintos representam no discurso o mesmo objeto de mundo.

Essa relação dialogismo-referenciação possibilita alguns outros tensionamentos sobre a estabilização do referente. Não apenas a relação com o léxico, em seu caráter semântico, entra em pauta uma relação semântica mais cultural com esse léxico, o que pode conferir-lhe determinadas ressignificações específicas, em espaços sociais específicos e em uma temporalidade específica.

Acreditamos que esse tensionamento encontra foro na tese de Alves Filho (2010, s/p) para quem,

[...] cada referenciação é ao mesmo tempo *nova e dada*. *Nova* como configuração léxico-semântico particular, como realização particular num enunciado único e irrepetível, mas *dada* como decorrente diretamente de algum discurso social e como expressão de uma apreciação axiológica legitimada socialmente. (Como dissemos acima, a construção do referente se apoia tanto no significado como no tema/sentido). Diríamos, seguindo a tese dialógica de Bakhtin, que quem refere não é o eu, mas o nós.

Relembrando que toda a produção de sentidos é uma produção de coconstrução, devemos reforçar que estas são forjadas pela negociação, igualmente, nas relações assíncronas. Portanto, integra a agenda dos estudos da referenciação a observação do lugar cognitivo e social também do coenunciador. Nas palavras de Ciulla (2014, p. 248),

[...] os objetos do mundo, ao serem referidos pelo falante, passam pelo **filtro de percepção** desse indivíduo, que, como cada um dos outros falantes da língua, tem uma experiência particular de vida e carrega sua própria **bagagem de conhecimento**, moldada pelas **imposições culturais e ideológicas** de sua sociedade e de **sua época**. Essas marcas influenciam na construção da referência. (grifos nossos)

Consideramos essa uma boa síntese de toda a conjuntura dos preceitos da referência/recategorização nos moldes contemporâneos, especialmente, porque a pesquisadora elenca, em uma mesma frase, termos caros a esta investigação. Queremos dar destaque bastante especial a “filtro de percepção”, pois se trata de um quesito que acompanhará o produtor de um texto, assim como acompanhará o seu interlocutor, mesmo em textos diacrônicos. Assim sendo, o referente ganha certo estatuto não apenas no evento da produção, mas também assumirá contornos no evento da negociação de sentidos, o que é bastante significativo para a análise que empreendemos, mormente, na última seção do artigo.

A defesa da recategorização mediante um grau maior de inferência não se descola, entretanto, do *todo* social/cognitivo/interacional necessário à construção de uma referência – e nesse *todo*, sinalizam Cavalcante e Santos (2012, p. 660), o conhecimento compartilhado deve ser, também, evidenciado.

[e]m todo texto/discurso, o enunciador constrói a referência com base numa interpretação do mundo real, recategorizando a informação precedente ao acrescentar novas predicções, disponíveis, em diferentes medidas, no conhecimento das pessoas, à medida que transcorre a interação. Por esse aporte de informação nova, o enunciador conduz o destinatário (que coparticipa dessa construção, sendo, por isso, um coenunciador) a uma reinterpretação ou refocalização do elemento referido. Pelas estratégias de recategorização, a imagem do referente que o coenunciador constrói em sua memória vai evoluindo à medida que se desenvolve o discurso.

No presente contexto analítico, veremos que ao negociar, no evento do texto (especialmente, por se tratar de um texto que ultrapassa momentos históricos), o coenunciador não apenas se servirá das ferramentas linguísticas e contextuais para proceder à leitura, como mobilizará recursos disponíveis ao seu próprio filtro – em outro tempo-espço social, cultural e histórico.

### **3 “Maria Maria”: uma abordagem metodológica**

Pensamos em dois aspectos para ativar as noções teóricas abordadas no artigo. O primeiro concerne ao gênero textual por nós selecionado.<sup>4</sup> Se a análise da materialidade linguística (neste caso, das anáforas) for realizada em conformidade com a instrumentalidade dos gêneros discursivos/textuais (os objetivos que querem cumprir, sua funcionalidade no âmbito social, sua formalização, sua temática...), ver-se-á que o processamento referencial (e cada estratégia intencionalmente selecionada, seja, ou não, de forma consciente) estará acoplado ao todo intencional de cada gênero.<sup>5</sup> Assim pretendemos, com a seleção do gênero, potencializar a problematização da estabilização referencial. Trata-se de um aspecto, contudo, amplificado pela noção de Música Popular Brasileira (MPB), sendo esta compreendida do ponto de vista literomusical e como um discurso constituinte (COSTA, 2001).

O segundo aspecto é: por pensarmos na possibilidade de aplicabilidade dos estudos de referenciação ao ensino, conforme o fazem, por exemplo, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), Santos e Colamarco (2014) e Santos, Cuba Riche e Teixeira (2015), acreditamos

---

<sup>4</sup> A noção de gênero por nós assumida encontra fundamento, especialmente, na visão clássica de Bakhtin (1997), sobre as produções relativamente estáveis de enunciados; aglutina as ponderações de Bronckart (2012), que assume o gênero pelo Interacionismo sociodiscursivo, denominando-o textual; e na possibilidade de hibridização do gênero textual, conforme sintetizada em Marcuschi (2008). A noção aqui exposta pressupõe que a ação da língua(gem) é perpassada pelos gêneros textuais, também nas ações linguístico-educacionais.

<sup>5</sup> Alves Filho (2010) ilustra a importância dessa correlação, citando os gêneros tutoriais, bula de remédio e editoriais de jornais, os quais apresentam, já previamente, estratégias referenciais com maior potencial de prévia estabilização se comparadas a outros gêneros menos “objetivos”, cujas estratégias ganharão peso de maior instabilidade, podendo ser negociadas a cada interação, por exemplo.



ser relevante dar destaque a um gênero frequentemente efetivado em sala, participante do universo didático do ensino da língua e com relevância contextual para estudantes dos distintos contextos escolares: o gênero canção. Este tem relevância linguística na realização pedagógica, sendo rico nas construções sintático-semânticas, morfossintáticas, fonológicas, ortográficas etc.; tem relevância discursiva nessa realização, podendo ser abordado pela perspectiva da expressividade, da intertextualidade, da interdiscursividade, etc.; tem relevância cultural, ao ser observado pela recursividade sociolinguística, e pela caracterização de parte da identidade brasileira; tem relevância social, nos diferentes estratos socioculturais no país, sendo respaldado, inclusive, pela polêmica perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim sendo, trata-se de um gênero que contém diferentes recursos linguístico-discursivos que podem ser refletidos pelo viés da referência e, conquanto não seja nosso objetivo central oferecer subsídios didáticos, como o fazem outros pesquisadores, acreditamos que nossa escolha contribua para uma reflexão também nesse sentido – embora, aqui, não o façamos pelas reflexões aplicadas, ou pela proposta didática.<sup>6</sup>

O gênero textual canção, porém, não se limita a ser um gênero com aspectos “metodológicos” que facilitam o trabalho docente – por poder ser introduzido com o acompanhamento da musicalidade (esta como pretexto para estudar os fatos linguísticos da letra). É um gênero com mais potencialidade do que isso, a ponto de ser investigado por seus aspectos intersemióticos; também, de modo a ser apresentado aos estudantes pela análise conjunta da trinca letra/melodia/ritmo, sendo os três aspectos, intencionalmente, imbricados para a produção de sentidos do texto (TORRES, 2018).

Esse gênero textual não se limita, também, a possibilitar estudos isolados de letras, pela via do contexto sócio-histórico de produção. Possibilita estudos amplos, que caracterizam a canção do ponto de vista do discurso literomusical, estando “aparentado” com a poesia literária e, ainda, por representar a identidade do povo brasileiro. Em outras palavras, mais do que um texto que se põe/cria/elabora em determinado contexto discursivo prévio, pode ser visto como um discurso constituinte – ou um

---

<sup>6</sup> Conquanto o enfoque do artigo não seja as questões pedagógicas do gênero canção, ou da teoria da referência, consideramos relevante apontar este aspecto, por sua relevância e, ainda, por ser estar uma forma de preparar terreno para futuros debates acerca desta aplicabilidade.

discurso que conduz a experienciar a vida em sociedade e a reproduzir uma determinada representação ideológica e a inspirar outros discursos (COSTA, 2001).

Por isso mesmo, a letra de uma música não deveria ser abordada de forma isolada, conforme, atualmente o costumam fazer os livros didáticos, por exemplo. Isso porque, segundo aponta Costa (2010), trata-se de um gênero híbrido, multissemiótico<sup>7</sup> e que soma as linguagens verbal e musical, portanto, é integrado pela totalidade de suas facetas. Além de ser exatamente o fato de se descolar um aspecto de outro que leva, muitas vezes, à confusão entre este e outros gêneros textuais.

Conquanto essas definições não sejam exaustivas, citá-las pode ajudar a compreender que a parte melódica colabora a interpretar a letra. No caso específico de “Maria Maria”, uma forma de expressão relacionada à personagem Maria foi a *performance* do Grupo Corpo, na apresentação original de 1976, com uma dançarina negra, com representatividade cênica da negritude e de seus hábitos e de suas dificuldades socioeconômicas; com música mais lenta, com menos intensidade, etc. (o que ajuda a construir determinado objeto de discurso). Outra forma de representação está na expressividade de Elis Regina, com a marcação da letra pela voz e timbre peculiares, com ritmo mais acelerado e com uma letra diferente da letra do poema que acompanhou a peça original. Essas duas construções da história de Maria, a original e a “recontada”, demonstram que a canção não é exclusivamente texto verbal nem exclusivamente peça melódica.

Apesar de entender que o gênero canção precisa ser visto pelo seu caráter integral, recortamos o aspecto multissemiótico do gênero para nos concentrar mais detidamente na face verbal da canção “Maria Maria”, para discutir alguns aspectos linguístico-discursivos pela trilha dos empreendimentos anafóricos verbais que, vistos pela perspectiva atual dos estudos, possibilitam um redimensionamento das riquezas presentes na construção textual-discursiva do texto, mais do que pelo fenômeno exclusivo de “ligar termos por meio de setas”. Contudo reiteramos que esse recorte não deixa de dar a este artigo um caráter de incompletude em se tratando do gênero (e também de outras questões, que não se esgotam). Atentar a esse aspecto é o mesmo que deixar o caminho aberto para outras análises que venham complementar a atual.

---

<sup>7</sup> Ao especificar o gênero canção, Costa (2010) o define como verbo-melódico breve, de veiculação vocal.

#### 4 “Maria Maria”, uma abordagem linguístico-discursiva inicial

Explorados os aspectos teórico-metodológicos, vejamos, enfim, a letra da canção e concentremo-nos no objeto de discurso “Maria”:

<p><b>Maria, Maria</b></p> <p><b>Maria, Maria</b>  <u>É um dom, uma certa magia</u>  <u>Uma força que nos alerta</u>  <u>Uma mulher que merece viver e amar</u>            Como outra qualquer do planeta</p> <p><b>Maria, Maria</b>  <u>É o som, é a cor, é o suor</u>  <u>É a dose mais forte e lenta</u>            De uma gente que ri quando deve chorar            E não vive, apenas aguenta</p>	<p>Mas é preciso ter força            É preciso ter raça            É preciso ter gana sempre            Quem traz no corpo a marca</p> <p><b>Maria, Maria</b>            Mistura a dor e a alegria</p> <p>Mas é preciso ter manha            É preciso ter graça            É preciso ter sonho sempre            Quem traz na pele essa marca            Possui a estranha mania            De ter fé na vida</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Do ponto de vista estritamente linguístico, se assim se pudesse fazer, o objeto de discurso “Maria” é instaurado no título e retomado por reiteração, na primeira, na segunda e na terceira estrofes do texto. Desse ponto de análise mais tradicional, em que pesam os aspectos da correferencialidade (e sobre o qual pairam as análises escolares, ainda atualmente!), a análise poderia recair sobre a ênfase mostrada pela repetição sequenciada. Aqui, poderia ser alargada a compreensão de que se trata de uma “Maria” reafirmada Maria: sem sobrenome, simples, comum... Não que esse tipo de análise não seja bem-vindo; é, contudo, limitador. Não haveria, nesse tipo de análise, a produtividade argumentativa, por exemplo, por não haver, do ponto de vista analítico mais tradicional atinente à relação direta anáfora-fonte, expressões nominais que retomem/recategorizem o referente Maria, por exemplo. Findar-se-ia aí, provavelmente, a possibilidade analítica, podendo avançar, ao máximo, para o pronome indefinido “quem”, em uma discussão que poderia indagar se o pronome refere-se ao substantivo “Maria”, ou a um novo sujeito, generalizador, não identificado na materialidade do texto, e apenas ali instaurado como objeto de discurso – o que é possível pela quebra ou subversão sintática previsível em textos desse tipo. E fim.

Se, todavia, ampliarmos o modelo de análise mais tradicional, assumindo, então, as contribuições da evolução dos estudos das anáforas, tem-se, imediatamente, a possibilidade de observar a predicação como aspecto forjador de sentido dos elementos anafóricos. Assim, na primeira estrofe, os predicativos recategorizam o sentido do elemento-fonte “Maria”, acrescentando-lhe: a) valores “abstratos” (“um dom”, “uma certa magia”), que parecem preparar para características necessárias para conseguir vivenciar as experiências que a continuidade do texto apresentará; b) valor “interpessoal” (“força que nos alerta”), que parece acrescentar ao referente o poder de conclamação contra alguma situação; e c) valor “emocional” (“uma mulher que merece viver e amar”), que acrescenta ao referente um valor de recompensa atinente aos atributos internos. Sendo os itens a) e b) constituídos por metáforas, nenhum desses predicativos relaciona-se a atributos físicos; ou a retornos materiais, por exemplo; escolhas linguísticas essas que podem preparar o terreno do texto para as informações seguintes atribuídas ao referente – todas relacionadas a perdas, lutas e labutas, consumando o teor discursivo do texto.

Tem-se, seguindo essa condução analítica permeada pelos predicativos, novamente, na segunda estrofe, a retomada do referente pelos aspectos metafóricos que, desta feita, acrescentam valores de: a) “representatividade” (“o som”, “a cor”); b) trabalho (“o suor”); e c) necessidade de sair desse lugar (“dose mais forte e lenta [...]”).

O estudo das anáforas pelas possibilidades linguístico-recursivas do gênero em tela permite, ainda, outro viés analítico. A organização dos versos somada à ausência de pontuação não deixa clara a intencionalidade do enunciador no trecho em questão. Assim, poderíamos compreender que os versos “De uma gente que ri quando deve chorar/E não vive, apenas aguenta” complementam, ou: “a dose mais forte e lenta”, ou: “o som, é a cor, é o suor/É a dose mais forte e lenta”.<sup>8</sup>

Fato é que, muito embora, linguisticamente, as duas opções sejam possíveis para garantir a coesão/coerência do texto, do ponto de vista da elaboração anafórica, o referente “Maria” é retomado de forma abrangente, representativa. Isso se dá porque ocorre no trecho

<sup>8</sup> Dessa perspectiva, uma boa pausa para pensar, junto aos aprendizes, os aspectos sintático-semânticos seriam bem-vindos! Pensamos que, neste caso, a pausa na melodia, tanto por meio da voz quanto por meio dos arranjos instrumentais, pode levar o leitor/ouvinte a compreender a relação apenas com “a dose mais forte e lenta”.

algum fenômeno, de nível estritamente cognitivo, que permite que o processamento de “uma gente que ri quando deve chorar/E não vive, apenas aguenta” transcenda de “dose mais forte”, para “Maria”.

Essa transposição, de âmbito inferencial, parece ser possível pelas associações realizadas na leitura do trecho. Maria é recategorizada por “som”, por “suor”, por “dose [...] de uma gente”. Levando em consideração que os dois últimos versos complementam, sintaticamente, os dois primeiros, pode-se assumir que o referente “Maria” ganha atributo de representatividade (voz, cor, suor) e de ópio para as gentes que vivem situação como a sua, podendo representar, ela, a esperança aos demais.

A construção anafórica das duas primeiras estrofes parece ganhar outro contorno nas duas últimas estrofes. Pelo recurso da indeterminação do sujeito (“é preciso ter”), tem-se um referente que parece apropriar-se das características assimiladas do entorno discursivo. Aqui, não se pode dizer, textualmente, se “Maria precisa ter força/raça/gana/manha/grança/sonho”, ou se “a gente sofrida precisa ter força/raça/gana/manha/grança/sonho”; porém essa dupla possibilidade de produção de sentido é autorizada pela forma como o referente “Maria” foi sendo promulgado, ao longo do texto, pela predicação e pelo entorno discursivo. Assim, o objeto de discurso “Maria” e os atributos que o ressignificaram foram misturando-se a um novo apontamento de representatividade que autoriza, nessas duas últimas estrofes, a imbricação de sentidos de “Maria” com a própria gente, podendo um ou outro ser o agente pinçado, sem que isso cause estranhamento, sem que demande caminhos analíticos distintos para se chegar a um ou a outro resultado, sendo, “Maria” e “gente” “um referente só”, possibilidade de imbricação que deságua nos últimos versos das duas últimas estrofes – Maria/gente mistura dor e alegria; Maria/gente tem fé na vida.

Também um jogo de sentidos é possível de ser realizado pelo pronome indefinido “quem” nas duas últimas estrofes. Guimarães (2018) defende que, conquanto, do ponto de vista gramatical, trate-se de uma classe de palavras semanticamente vazia, com função de “apontar” para outro elemento, do ponto de vista cognitivo-discursivo, a classe dos pronomes, simultaneamente a esse tradicional apontamento, pode acionar, em nível exclusivamente cognitivo, os sentidos provocados pelos atributos vários imputados ao elemento fonte. Nos termos correntes atribuídos ao pronome “quem”, ele, naturalmente, retomaria o referente “Maria”, pois a ela se refere textualmente a letra da canção.

Entretanto, nesse jogo discursivo, no qual o referente “Maria” foi recategorizado de forma a representar um grupo (dos sofreadores, dos negros, dos trabalhadores, por exemplo), o pronome indefinido “quem” pode tanto retomar o referente “Maria-mulher”, em suas vivências individuais, como, simultaneamente, retomar o sentido de representatividade dessa mulher – dessa última forma, o “quem” possibilitaria o leitor a acionar os saberes do texto e depreender que esse quem é “todos os que trazem a marca no corpo”. Assim, a própria escolha por um indefinido pode acionar esse “qualquer um” possível de ser retomado. O mesmo seria coerente na última estrofe, em “possui a estranha mania de ter fé na vida”. É, pois, essa dupla possibilidade, materializada pelas retomadas, que nos leva, doravante, ao contexto de produção da letra da canção.

No caso de “Maria Maria”, temos as três situações: a repetição, que ganha novos sentidos por meio da predicação e do entorno discursivo, conforme vimos até aqui; a representatividade de um nome próprio bastante comum no contexto brasileiro, que poderia representar a mulher, de forma geral; e um terceiro item, relacionado à construção de cunho mais social.

## **5 “Maria Maria”, uma abordagem pelo lugar sociocognitivo do coenunciador**

Atentemo-nos, doravante, a outro aspecto da representatividade da construção do referente a partir de um ponto de vista que extrapola o estritamente linguístico e imediato. No texto em análise, vemos o nome próprio que, embora sirva, na construção corrente, para especificar um ser, geralmente do gênero feminino, pode recategorizar-se a depender do lugar sociocognitivo do coenunciador, e isso pode ocorrer de diferentes modos.

Temos, como exemplo mais socialmente recorrente, o discurso feminista que agrega a representatividade social da letra de “Maria Maria”. Isso se vê, por exemplo, pela seleção da música em eventos, representando-os no sentido *lato*; e por meio de diversos grupos e/ou eventos do movimento feminista que assumem esse nome duplicado (como em “Coletivo Maria Maria” e “Maria Maria Blogueiras feministas”, apenas para citar exemplos).

O próprio contexto histórico da produção e do lançamento da música pode cooperar para a possibilidade desse tipo de ressignificação do referente. Conforme abordamos na próxima seção (que, propositadamente, deixamos por último), a música foi composta em um contexto sociopolítico bastante complexo. Além da Ditadura Militar, estava em efervescência a agenda do feminismo, que, em sua Segunda Onda, deixava de atrelar-se apenas às mulheres brancas e abastadas e passava a representar a questão de gênero, e a incluir, na agenda, também, a mulher negra. Nas palavras de Franchini (2017, s/p).

[...] a maioria das autoras e das militantes feministas radicais ainda eram brancas (e, muitas vezes, inseridas na academia — ou seja, de classes mais altas), o que gerava análises consideradas insatisfatórias ou incompletas para outros grupos de mulheres, que reivindicavam que características específicas de suas identidades também fossem contempladas. Assim, mulheres lésbicas, da classe trabalhadora, e, principalmente, negras, deram início a análises identitárias dentro do feminismo.

Essa temporalidade sociopolítica é complexa e trabalhosa porque os movimentos feministas do contexto brasileiro passam a associar-se a outros movimentos sociais, como o dos negros e o dos então denominados “homossexuais” (cuja agenda ganhou notoriedade e representatividade também pela luta do feminismo),<sup>9</sup> e aos movimentos de resistência à Ditadura Militar, conquanto este tenha atrasado as conquistas do movimento (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Esse teor macrossocial pode ter influência sobre a representatividade da música “Maria Maria”, no sentido de se tratar de uma letra que relaciona uma mulher-personagem específica, a partir de sua vida privada e social, exatamente no contexto em que o lema “pessoal é político” surge no contexto do movimento feminista (COSTA; SARDENBERG, 2008); e exatamente no contexto de movimento social feminista em que interpreta a música a cantora Elis Regina – não uma negra pobre, como o objeto de mundo a da “narrativa original”, mas a cantora branca e

---

<sup>9</sup> Atualmente, como resposta às lutas, o grupo é representados pela sigla LGBTQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queer), se a sigla mantiver a nomenclatura aportada no contexto estadunidense, ou LGBTI (estando “I” para intersexuais).

bem-sucedida, embora com outras lutas em pauta, como a luta política.<sup>10</sup> Isso tudo parece ajudar a redimensionar a letra da música e a deslocar os objetos de mundo representados pelo objeto de discurso.

Vejam como um coenunciador pode recategorizar, portanto, “Maria”, de forma a levá-la a apresentar um movimento, a partir de seu modelo cognitivo e social:

[...] 8 de março o que é o que é? É o dia internacional da mulher!”  
Esse grito de guerra eu aprendi aos 9 anos de idade – em 1988 – ainda me arrepio quando lembro daquele dia. E também da avenida Paulista inteira tomada por milhares de mulheres cantando a música Maria, Maria (do Milton Nascimento e Fernando Brant). No dia seguinte contei com muito orgulho o motivo da minha ausência para a professora da quarta série. (OLIVEIRA, 2015)<sup>11</sup>

O lugar sociocognitivo do leitor/ouvinte da música leva-o a negociar o valor categorial do objeto de discurso, mas, como vemos, sempre de modo a respeitar as pistas linguísticas – e, conforme verificamos, nunca se pautando exclusivamente no objeto de discurso “Maria”, mas simultaneamente no entorno discursivo – seja no modo cotextual, seja no contextual.

Do ponto de vista linguístico, o texto “Maria Maria” saiu, inicialmente, da representatividade de uma mulher e passou a representar, na agenda da segunda Onda do Feminismo, um grupo específico de mulheres (mulheres negras e pobres que, antes, não ganhavam visibilidade). Posteriormente, o objeto de discurso foi, novamente, recategorizado, em movimentos sociais outros, e passou a representar as mulheres em geral (mulheres que, antes, eram representadas pelo enfoque da fragilidade, foram representadas por meio das mesmas características de “garra”, “força”, “gana” presentes no entorno discursivo da letra da canção). Vejam como os depoimentos atestam a forma como o objeto de

---

<sup>10</sup> Em entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=77NNAnUCc-A>. Acesso em: 20 jul. 2019: a cantora fala sobre a situação da mulher no contexto brasileiro da época (que ainda é bastante atual!) e exemplifica seu modo de vida, comparando-o ao da mulher operária, reconhecendo serem essas as mais sacrificadas, marcando-se, claramente, nas pautas e na agenda do Feminismo.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/mulheres-negras-sororidade-e-luta/>. Acesso em: 20 jul. 2019.



discurso passa a restabilizar-se nas relações com outros objetos do mundo que extrapolam o referido na letra e a ser posicionado nos discursos:

Maria, Maria é uma música linda. De Milton Nascimento e Fernando Brant, foi gravada pela Elis e Mercedes Sosa. E é cantada pelas mulheres no Brasil todo e em vários espaços do movimento de mulheres. Além disso, dá nome a muitos grupos e coletivos feministas Brasil a fora. Não é a toa. Essa música consegue dizer o que quase nunca é dito **sobre a mulher e as mulheres** de um jeito simples, direto e verdadeiro.

[...]

**As Marias** carregam no corpo **as marcas**, tem força e sonho sempre, além de **possuirmos** uma estranha mania de ter fé na vida. **Marias solitárias**, que deveriam receber mais solidariedade, pois são **Marias** que merecem viver e amar como todos os outros seres humanos do planeta.<sup>12</sup> (grifos nossos)

Vejam que o objeto designado “Maria”, no contexto discursivo feminista em destaque, é ressignificado e passa a referir o objeto de mundo pluralizado “Marias”, o que é visto nos destaques pluralizados “As Marias carregam as marcas”. Ademais, a autora da postagem inclui-se nessa representação ao fazer intertexto com a letra da música, acrescentando o modo verbal “possuímos” em “possuímos uma estranha mania de ter fé na vida”.

Também outro *blog*, cujo objetivo é destacar músicas com personagens femininas, relata, ao topicalizar músicas com o nome “Maria”:

E foi na parceria entre Milton Nascimento e Fernando Brant que resultou numa das canções mais conhecidas, “Maria, Maria”. A letra evoca uma personagem feminina, de presença marcante. Maria é mulher, é povo, Maria é força, personalidade. A “Maria” de Milton pode ser a sua mãe biológica, uma empregada doméstica que morreu quando o cantor tinha apenas quatro anos de idade. A música virou hino do movimento feminista ao ser interpretada por Elis Regina.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2011/09/01/maria-maria/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://mulherescantadas.wordpress.com/2011/12/01/o-paradoxo-de-ser-maria/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Notemos que o objetivo social do *blog* “Mulheres Cantadas” distingue-se daquele do “Blogueiras feministas”. Aqui, portanto, não se tem uma resignificação do sintagma nominal “Maria”, em sua representatividade mais social, por exemplo. O máximo que ocorre, nessa movimentação de negociação de construção do referente, é associar o referente “Maria” a uma personagem da vida de um dos autores, o Milton Nascimento à sua mãe biológica.<sup>14</sup> Talvez, isso ocorra porque, neste *blog*, o objetivo social é o de compreender as letras de músicas em seus contextos específicos, e não o contexto de um lugar de luta social, como o das feministas, o que pode ajudar em nosso argumento a favor da possibilidade de representatividade do referente “Maria” em contextos específicos que partem do linguístico-discursivo e, por isso, as pistas só servirão para a recategorização do referente se forem cumpridas as condições desse empreendimento linguístico.

Essa possibilidade de recategorizar o referente por meio de um engajamento mais social e do lugar sociocognitivo do coenunciador, por meio do papel social que exerce, pode se ver, inclusive, na fala dos próprios compositores. Em uma fala atribuída ao compositor Milton Nascimento,

[s]egundo o cantor e compositor, a letra foi inspirada num personagem real, a Maria que tinha três filhos e morava na beira da linha de um trem.

“Ela tinha gana e botava os filhos para estudar. Ela cuidava deles e eu não faço ideia como. A história dela é muito bonita. Eu não a conheci, mas o Fernando (Brant) conheceu”, conta Milton.

Para ele, a música tem características em comum com a população brasileira. “O povo não desiste nunca e tem muita gana. É um exemplo na alma de cada um”, diz Milton.<sup>15</sup>

Aqui, ratificam-se, pelo discurso do compositor, as pistas presentes no texto, de que o referente pode ser representacional e, por esse teor, chega a representar “o povo”. Note-se a escolha de “o povo”, em detrimento de outras possíveis, como, por exemplo, “a elite”, o que

---

<sup>14</sup> Sobre o contexto de produção da letra, falamos na próxima seção.

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.maria-rita.com/blog/index.php/pelo-repertorio-maria-maria/>. Acesso em: 20 jul. 2019

sugere a coerência da compreensão da recategorização por uma agenda, de algum modo, política.

Agora, vejamos a forma como o mesmo compositor reorganiza seu discurso, em outro evento – uma entrevista a um *site* jornalístico mineiro, pelo lançamento do clipe musical que celebra os quarenta anos da música – portanto, em outro lugar social e histórico, desde o lançamento da música, que já é, atualmente, socialmente incorporada:

“Fernando já disse tudo. Maria Maria nos faz querer prosseguir, ir em frente... E é disso que a gente mais está precisando agora”, diz Bituca em entrevista por e-mail ao Estado de Minas. De acordo com ele, já na época em que a canção foi lançada, nos anos 1970, as mulheres lutavam por seus direitos. “E elas devem continuar atuando. Sempre”, frisa Milton.<sup>16</sup> (grifo nosso)

Vejamos, nos destaques dados por nós ao trecho, que a música relaciona-se, novamente, a uma totalidade, a uma generalidade: no trecho “nos faz querer prosseguir” quem fala é o Milton Nascimento, sobre sua carreira? Ou fala um brasileiro, em meio a uma situação política complicada? Se não podemos responder sobre isso, fato é que o referente “Maria” ganha um novo contorno e, novamente, relaciona-se à luta das mulheres enquanto um grupo, em um determinado contexto político.

Do ponto de vista do discurso científico não é diferente: ocorre a recategorização do objeto de discurso, dessa vez, realizada a partir de outro movimento social e cognitivo do sujeito-que-negocia-sentidos. E, talvez, mesmo, por seu lugar de comprovações, seja esse o empreendimento discursivo que mais recorra ao contexto histórico-cultural da música, representando um lugar, também, sociocognitivo do interlocutor-pesquisador. Trazemos, para atestar nosso empreendimento analítico, dois excertos relacionados à letra “Maria Maria”, um de uma dissertação de mestrado; outro de um editorial escrito por um historiador:

Engajamento não só diretamente político, como mostrou Coração de Estudante (1983, com Wagner Tiso), que foi um hino informal da campanha pelas Diretas Já [...]. Foi também um engajamento social, presente em Maria Maria (1978, com Fernando Brant) uma

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/musica/2018/09/21/noticias-musica,234386/milton-nascimento-lanca-clipe-de-maria-maria.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2019

candente afirmação da luta pela igualdade da mulher e da luta antirracista. (RUY, 2012)<sup>17</sup>

Mas a Maria, Maria, do Jequitinhonha se desterritorializou. Sua trajetória precisa se comunicar com as de tantos outros brasileiros – fossem eles moradores de uma favela ou do sertão – pela via da exclusão social. Uma das grandes reflexões da canção não é a exclusão, em si, mas a forma de lidar com ela. Na letra de Maria Maria temos uma mulher que não se entrega às dificuldades da vida, mostra-se como uma guerreira que sabe lidar com o seu cotidiano, sem transformá-lo em drama [...] A força, irreverência e malandragem de Maria, Maria é encarnada por Elis Regina com firmeza e segurança, quando pronuncia aqueles versos (PACHECO, 2009, p. 157).

Pacheco (2009) considera, além dos aspectos internos ao texto, a intersemiose possível ao tratamento da música ao abordar a forma performática como a cantora a interpreta. Essa compreensão, que é possível por causa do papel social desse pesquisador, reitera a importância do lugar do interlocutor, ao coconstruir o objeto de discurso. Ambos os recortes atestam que o olhar cientificizado dos enunciadores os leva a recategorizar o referente “Maria” num âmbito de representatividade popular, associando-o ao lugar de engajamento social do próprio compositor.

Vimos, até então, duas formas de representatividade possíveis que ocorrem por meio da extrapolação do objeto de mundo original permitida pelas pistas linguísticas que autorizam a negociação do referente: da “Maria de Jequitinhonha” (personagem que dizem inspirar a letra do poema original) a: 1) uma “Maria qualquer” (uma permuta com algo de sororidade) e 2) um “povo sofrido” (uma permuta com algo de luta social). Vimos isso a partir de discursos construídos a partir de três lugares sociais: aquele engajado nos movimentos feministas; aquele engajado nos movimentos político-sociais; e aquele engajado no movimento científico. Agora, extrapolemos esta noção para um plano ainda mais amplo de representatividade.

Atualmente, representantes de grupos outros, marginalizados e em situação de necessária integração, como membros de grupos LTBTQ,

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/197451-1>. Acesso em: 20 jul. 2019

demonstram recategorizar o objeto designado na letra da música a um nível categorial que os identifica no mundo. Acreditamos que essa representatividade se autorize por meio da luta que o grupo precisa assumir em outro âmbito de trabalho: o trabalho para serem reconhecidos como essa “mulher-maria”<sup>18</sup> e, por isso, podem se representar por todas as predicções desse nome, designado e retomado, sucessivamente, no texto.

Voltemos, por ora, à situação discursiva geradora da pergunta de pesquisa: o membro da banca é homoafetivo e especialista em discurso literário. Esse lugar social daquele que recategorizou o referente Maria para uma dimensão distinta do doutorando, que havia selecionado a epígrafe para relacionar ao papel sociopolítico da tese, parece tê-lo levado a significar o referente pelo ponto de vista expressivo da letra, tendo em vista os enfrentamentos que lhe são cotidianos, embora conheça a origem da música.

Se não sabemos quais foram, de fato, as motivações múltiplas para que o referido profissional fizesse tal recategorização do referente Maria, podemos exemplificar essa representatividade por uma pessoa comum, em seu perfil na Rede Social Facebook. Transcrevemos sua visão a seguir.

Então, como todos sabem eu não sou muito acostumado a postar nada aqui, entretanto por esses últimos dias eu estive ouvindo uma música que sinceramente, eu acho que todos deveriam ouvir e analisar um pouquinho, pois muitos podem se identificar. Trata-se da música “Maria Maria”, do cantor Milton Nascimento. Eu pelo menos me identifiquei com a música em vários pontos!

“Maria é a dose mais forte e lenta, de uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta”. Todos certamente já tiveram um dia terrível, certo? Mas quantos nunca simplesmente fingiram que nada tava acontecendo e saíram por aí com um sorriso no rosto, rindo e brincando com todos, as vezes até vendo um amigo mal e perguntando se ele quer desabafar quando por dentro você mesmo está um tão quanto quebrado? Será que estamos vivendo ou apenas sobrevivendo? Ou nesse caso, “aguentando”.

---

<sup>18</sup> Por “mulher-maria” não tomamos a questão do “ser feminino”, mas o ser-minoria em situação de embate pela não opressão.

“Uma mulher que merece amar e viver como outra qualquer do planeta”. **Acho que pra mim foi um tão quanto inevitável pensar na questão do amor entre pessoas do meio LGBT (afinal, é algo presente na minha vida)**, e gente, vocês não tem que ter medo de qualquer repressão só por amar alguém. Seja você um garoto amando outro, uma garota amando outra, ou seja lá o que você for! Você não pode se sentir mal ou rejeitado pelos outros apenas por estar amando. Pegando uma questão que acontece muito também na vida de amigos próximos, é a questão de vários relacionamentos que acabam também por religião, e tipo, galera, o amor não vê cor, sexo, religião, nem nada. “O amor é cego”, embora o pessoal só use essa frase de um modo ruim, ela também pode ser levada de uma maneira boa!

“Mas é preciso ter força sempre, quem traz essa marca no corpo”. Bom, quanto essa parte eu só consegui pensar que por mais que sua vida tenha passado por uma fase terrível, nós devemos ter esperança de que alguma hora vai tudo melhorar! É inegável que a depressão é um grande problema na atualidade, e outros problemas psicológicos também são. Eu mesmo já tive dias que sinceramente a vontade era desistir de tudo, porém fui forte e sigo até hoje. Sério, eu creio que **cada um tem ao menos um pouco de “Maria” dentro de si, pois é quase impossível ouvir essa música sem conseguir se identificar um pouco com ela** (Leonardo Nascimento).<sup>19</sup>

Talvez, esse tipo de recategorização, assumida por representantes do grupo LGBTQ, seja autorizada pela integração histórica desse movimento àqueles feministas; possivelmente, em um âmbito de representatividade dos sentidos conotativos possíveis no discurso literário; ou, ainda, isso seja possível pelo caminho da generalidade possível ao nome “Maria-qualquer”, corroborado pela dupla possibilidade: ser, Maria, um nome comum, e ser, Maria, alguém sem sobrenome. Qual das alternativas possibilita a recategorização do referente não podemos indicar, assim como também não podemos afirmar que possa ser apenas uma dessas possibilidades ou o ajuntamento delas. O que podemos inferir,

---

<sup>19</sup> Esta análise foi publicada na página pessoal de um ex-aluno nosso. Fizemos contato prévio com ele e, sem dizer a razão, pedimos que ouvisse a música “Maria Maria” e que postasse uma análise que utilizaríamos em um artigo científico.

por ora, é que essas reflexões contribuem para a defesa de que análises do referente a partir do ponto de vista do Outro do discurso, a partir do seu lugar social; e isso se relaciona intimamente a seus conhecimentos de mundo e a todos os seus contextos.

Vejamos, sobre isso, uma análise interessante, localizada nos comentários de um *site*, cujo objetivo é analisar letras de músicas.

Na minha opiniao esta musica faz apologia à maconha, tambem conhecida como MARIJUANA (dai o titula Maria, Maria). É um dom, uma certa magia, uma mulher que merece viver e amar como outra qualquer do planeta (referencia à legalização) . É a dose mais forte e lenta DE UMA GENTE QUE RI QUANDO TEM QUE CHORAR (efeito da droga) ... Minha opiniao. Ela pode ate estar errada mas algum sentido ela faz. Creio que Milton Nascimento tenha tido a intencao de duplo sentido nesta musica, o que abre margem para uma interpretacao como a da Luiza ressaltando a referencia à mulher brasileira levando em conta que Maria é um dos nomes mais populares no país (Eduardo).<sup>20</sup>

O exemplo interessa-nos exatamente porque a leitura feita pelo comentarista atesta para esse lugar sociocognitivo do leitor/ouvinte ao negociar sentidos para o objeto de discurso. Interessa, por se tratar de um leitor comum, que mostra o percurso cognitivo e conhecimentos enciclopédicos que o levam a fazer as associações necessárias para a construção de sentidos do referente Maria da forma como ele faz – que, por inserir-se em um discurso poético; que, por ser de natureza co(n) textual, não deixa de ser coerente em sua construção.

Queremos, por fim, mostrar, com essa seção, que as vivências sociais permitem entendermos que o objeto de discurso “Maria” é diferentemente reelaborado de acordo com os contextos de leitura/coconstrução. Aqui, contudo, não queremos defender o referente simplesmente tomado do ponto de vista conotativo; acreditamos, mais do que isso, que se trata do valor da recategorização desse referente, de modo que as atribuições que lhe são conferidas, ao longo do texto, permitam que ele represente o insumo do que é comum, aceitando, ao

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://analisedeletras.com.br/elis-regina/maria-maria/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

fim, em sua categoria, todos os demais nomes próprios; algo relacionado à apropriação.

Nesta seção, apresentamos, por fim, não apenas uma proposta de análise por nós empreendida. Mais do que isso, quisemos apresentar algumas das construções possíveis pelos sujeitos sociais do mundo real, cada qual em sua janela sociocognitiva. Acreditamos que apresentar uma análise dessa forma de construção ajuda a ampliar a prática analítica dos estudos de recategorização e tira-nos de um lugar de “deuses das possibilidades”, do nosso lugar de analistas com olhares restritos ao nosso prisma.

## **6 “Maria Maria”, uma abordagem pelo contexto histórico de produção**

Nesta seção, concentramo-nos na outra ponta da construção do referente: a da produção. E iniciamos pelo objetivo central pautado na tipologia que se encarna na letra da música.

Embora textos literomusicais possam narrar e descrever, sendo ampla a gama de textos assim, o objetivo de “Maria Maria”, do ponto de vista linguístico-textual, não foi esse. Dada sua estrutura e as escolhas da lexicogramática, o projeto de dizer empreendido está mais intimamente ligado a um teor argumentativo, embora também possa ser visto como descritivo.

Todavia, dado nosso interesse em olhar o campo contextual do texto em análise, para argumentar a favor da recategorização do nome “Maria” pela operação da contextualização, queremos assumir seu nascedouro pela via da retextualização, sendo o texto primeiro um texto poético-narrativo.

Pesquisas com diferentes gêneros textuais e em distintas áreas de aplicação já dão conta de mostrar que retextualizar é uma tarefa corriqueira, embora complexa, e não é artificial. Assim, atividades que ocorrem em diferentes contextos sociais, como narrar uma conversa ocorrida anteriormente, a um terceiro amigo, recontar, pela escrita, um conto ouvido em sala de aula, escrever a ata de uma reunião são exemplos de como pode ocorrer a retextualização.

Conquanto, em trabalho clássico, Marcuschi (2000) tenha estudado a retextualização pela transposição das modalidades falada



e escrita, sabemos que retextualizar textos da mesma modalidade requer, também, recursos linguístico-estilísticos altamente complexos, a depender do objetivo de cada gênero, e, exatamente, por entender o gênero de acordo com as especificidades de cada evento social (DELL'SOLLA, 2007).

O que defendemos na análise é que a letra “Maria Maria” não se produz por meio da intertextualidade. Antes, pelo contexto de produção da música, empreendemos que ela resulta de uma retextualização – e, para isso, faz-se necessário compreender seu contexto de produção.<sup>21</sup>

“Maria, Maria” foi uma música que integrou a trilha sonora encomendada para o primeiro espetáculo, homônimo, do Grupo Corpo, composto por irmãos dançarinos de Belo Horizonte. O espetáculo, cuja coreografia foi produzida pelo coreógrafo argentino Oscar Araiz e cujo roteiro foi criado por Fernando Brant, teve música composta pelo cantor e compositor Milton Nascimento, no espetáculo apresentado em 1976.

As danças, que representavam a trajetória de vida da personagem Maria, eram intercaladas por poemas declamados, e o espetáculo teve, para abertura e encerramento, a música “Maria Maria”. A título de contextualização, conheçamos o poema de abertura:

---

<sup>21</sup> Um aspecto a se pensar é a relação oral-escrito: a composição da letra é escrita, mas o gênero canção tem uma produtividade oral, sendo feito para cantar. Isso desagua nas reflexões de Marcuschi (2008, 2010), sobre o cuidado que se tem que ter para delimitar o terreno dos gêneros orais e escritos, visto que são, muitas vezes, imbricados, em sua realização – o que não poderemos desenvolver por ora.

<p>Maria Maria<sup>22</sup></p> <p>Um simples nome de mulher  Corpo negro de macios segredos  Olhos vivos farejando a noite  Braços fortes trabalhando o dia  Memória da grande desventura da raça  Intuição física da justiça  Alegria, tristeza, solidariedade e solidão  Mulher pantera  Fera  Mulher vida  Vivida  Uma pessoa que aprendeu vivendo  E nos deixou a verdadeira sabedoria  A dos humildes  Dos sofridos  Dos que têm o coração maior que o mundo<sup>23</sup>  (música entra)  Maria Maria  Nasceu num leito qualquer de madeira  Infância incomum  Pois nem bem ela andava, falava ou sentia  E já suas mãos ganhavam os primeiros calos  do trabalho precoce</p> <p>Infância de roupa rasgada e remendada  E de corpo limpo e sorriso bem aberto  Infância sem brinquedos  Mas cheia de jogos  Aprendidos com as velhas que lavavam  roupas  Nas margens do Jequitinhonha  Infância que acabou cedo  Pois já aos quatorze anos  Como é normal na região  Ela já estava casada</p>	<p>Do casamento ela se lembra pouco  Ou não quer muito se lembrar  Homem estranho aquele a lhe dar balas e  doces em troca de cada filho  Casamento que em seis anos, seis filhos lhe  concedeu  Os filhos se amontoavam nos quatro cantos  da casa</p> <p>Enquanto ela estendia as roupas na beira do  trilho,  Os seis meninos brincavam, sentados,  brincavam na terra fofa  Os seus olhinhos de espanto não entendiam  de nada</p> <p>De repente  Notícia vinda dos trilhos  Maria Maria era viúva  Pela primeira vez a morte entrava em sua  vida  E vinha em forma de alívio  E de retalho em retalho  Maria se definiu  Solitária  Solidária  Operária e brincalhona  Ela pode ao mesmo tempo ser maria e ser  exemplo  De gente  que trabalhando em todas as horas do dia  conserva em seu semblante toda a pura  alegria  de gente que vai sofrendo  e quanto mais sofre  mais sabe</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<sup>22</sup> Ao transcrever o poema, mantivemos, na organização formal dos/das versos/estrofes, a cadência/fala do narrador.

<sup>23</sup> Até este ponto da narrativa, apenas uma cena escura e paralisada é vista. A partir deste ponto, entra a musicalidade e as representações corporais e os demais dançarinos.

Como antecipamos, o objetivo discursivo do poema era a coconstrução de uma narrativa não verbal. Naquele contexto, ficava mais clara a especificidade do referente Maria e as negociações de sentidos mais restritas: tratava-se de “uma certa Maria”. Apesar de ter um teor e uma construção poéticos, o objetivo era descrever a cena, narrar *nela...* Ali, as representações artísticas estavam mais na relação com a dança.

Por meio de buscas, encontramos que a letra de “Maria, Maria” faz menção à representação de uma mulher moradora do Vale do Jequitinhonha, mãe de seis filhos (em uma entrevista, Milton Nascimento diz serem três filhos e, segundo já expusemos na seção anterior, Bituca relata que Fernando Brant a teria conhecido pessoalmente). Já em entrevistas feitas ao próprio Brant, roteirista e compositor, “Maria Maria” teria sido pensada em homenagem a todas as Marias que passaram por sua vida.<sup>24</sup> De toda forma, nem nas buscas que fizemos a entrevistas de Milton Nascimento confirma-se a versão de que a música seria uma homenagem específica à mãe biológica de Milton Nascimento, que morreu quando este tinha quatro anos de idade, embora ela também se chamasse Maria. Fato é, entretanto, que o referente inicial é um objeto de mundo feminino.

Dois anos depois do espetáculo, o próprio Fernando Brant deu letra à música composta por Milton Nascimento, no que, aqui, já chamamos de processo de retextualização. Nesse processamento, ele fez escolhas lexicogramaticais que adaptavam a história contada no poema e elevava-a a um plano mais abstrato. Abstrato no sentido de as predicções da letra da música, vista no plano do texto primeiro, recategorizarem o objeto de discurso “Maria”. Se, no poema, a negritude do referente Maria é evidenciada por escolhas lexicais mais especificadoras, como em “corpo negro”, na letra da música, isso ocorre por meio de seleções mais gerais, como em “quem traz no corpo as marcas”. Assim, parece ser mais recorrente que o referente “Maria” da música seja relacionado

---

<sup>24</sup> Vejamos, sobre isso, um trecho da matéria mineira: “Fernando Brant conta que se inspirou em todas as Marias com quem conviveu e que trabalharam na casa de sua família. Foi assim que acabou compondo, especialmente para o balé, as canções em parceria com Milton Nascimento. Boa parte delas se tornaram clássicos da MPB, como Maria solidária, Caxangá e Raça, por exemplo.” Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2014/10/24/noticia-e-mais,160721/maria-maria-bastidores-do-bale-que-foi-alicerce-do-grupo-corpo.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2019.

a uma representação de raça simultânea à de gênero, quando é visto pelo plano de associação ao texto/espetáculo original.

Talvez, por essa relação de saberes, nas pesquisas acadêmicas que abordam a música “Maria Maria”, o referente Maria seja compreendido da perspectiva dos aspectos sociais relacionados ao discurso da raça (SILVA, 2003); ou, minimamente, compreendido da perspectiva de que determinado cantor estivesse *encarnando* uma personagem (PACHECO, 2009).

Acreditamos que, por essa relação de saberes, também, quarenta anos após o lançamento da música/letra, o lançamento de um clipe comemorativo (de 2018) mantém categorizada, por meio das atrizes convidadas, a mesma relação com o negro e com o feminino. O que parece haver, no máximo, é a recategorização de “uma certa Maria” pela imagem, para um conjunto, o de “mulheres negras” – o que pode, por sua vez, representar ainda mais evidentemente o discurso do poema original, que possibilita a relação de “Maria” com seu grupo, como em “Memória da grande desventura da raça”.

Se pensarmos que, do ponto de vista de produção do texto, o referente simbolizava mulheres de determinado contexto, o que houve, então, para que essa visão pudesse ser redimensionada, como vimos na seção anterior? Acreditamos que foi exatamente a retextualização que permitiu esse nível mais especificamente cognitivo-discursivo de recategorização. É por meio dessa transposição da construção linguístico-textual, nas novas escolhas da lexicogramática, que o “novo” texto passa a permitir outra forma de recategorizar o referente, transpondo-o, no plano macrossocial, a diferentes grupos de resistência e luta. No plano do poema, “Maria” é especificada em sua infância, nos tipos de trabalhos, no casamento, na viuvez, etc. No plano da letra da música, essas especificidades ganham generalizações e abstrações: o trabalho é metaforizado por “suor”, o esforço depreendido é metaforizado por “força”, a viuvez é metaforizada por “ri quando deve chorar” – apenas para citar exemplos. Acreditamos que seja esse jogo de palavras, por meio da metáfora, que permita a ressignificação em outros campos de trabalhos, lutas e personagens-reais. Contudo sentidos possíveis de serem mais livremente construídos se a leitura for realizada de modo descolado do contexto de produção – o que foi/é possível pelas veiculações sociais distintas (a restrita exposição do espetáculo *versus* a ampla divulgação de “Maria Maria”).

Todavia, mesmo a recategorização do referente nos diferentes campos sociais não se possibilita sem que se tenha um modelo sociocognitivo ancorado nos saberes enciclopédicos ora descritos: as possibilidades de recategorização observadas na seção anterior (porque pode haver outras que desconhecemos) ancoram-se no discurso literomusical e em suas potencialidades: em saberes que concernem ao plano da poesia, portanto, conotáveis; em saberes concernentes ao engajamento político de Milton Nascimento e de seus parceiros; em saberes relacionados ao plano linguístico...

Do texto do ponto de vista do contexto de sua produção, temos ainda outros aspetos a mencionar. Um desses valores refere-se ao engajamento de Milton Nascimento e de seu círculo, tanto no que tange aos valores religiosos quanto aos valores políticos, o que permeia de especial interdiscursividade as letras de suas canções. Para Costa (2001, p. 408), a interdiscursividade metafórica realizada por itens lexicais do discurso religioso nos textos de Milton Nascimento (especialmente, “fê” e “paixão”)<sup>25</sup> serve não apenas para demonstrar reverência ao sagrado, mas para explicitar que,

[e]m muitos casos, ela está a serviço da reverência a uma determinada qualidade (que pode ser a combatividade política, o companheirismo, a resistência, o empenho artístico-profissional) atribuída ao enunciador, ao coenunciador, ou a um terceiro (agente ou grupo social).

Nesse sentido, as escolhas lexicais têm um atravessamento que ultrapassa o religioso, mesmo que seja por meio dele. Isso nos leva a pensar que, no caso de prevalecer o discurso exclusivamente religioso na escolha de “Maria”, de “fê”, de “graça”, essa seleção não seria suficiente

---

<sup>25</sup> Consideramos válido citar que, de acordo com Costa (2001, p. 408) encontra-se a palavra “fê” “nas canções ‘Irmão de fê’ (Milton Nascimento/Márcio Borges, 1967), ‘Fé cega, faça amolada’ (Milton Nascimento/Ronaldo Bastos, 1975), ‘Credo’ (Milton Nascimento/Fernando Brant, 1978), ‘O que foi feito de Vera’ (Milton Nascimento/Fernando Brant, 1978), ‘Maria, Maria’ (Milton Nascimento/Fernando Brant, 1978).” E que se encontra a palavra “paixão” em “‘Fé cega, faça amolada’, ‘Credo’ e ‘O que foi feito de Vera’”. Para o pesquisador, “O fato de o conjunto de canções que contém a segunda palavra quase se incluir no conjunto de canções que contém a primeira revela que as duas palavras estão semanticamente relacionadas” (COSTA, 2001, p.408).

para recategorizar e fazer representar esses diferentes grupos sociais por meio do objeto de discurso.

Tudo isso, mais uma vez, parece corroborar nosso chamamento a um cuidado com as demonstrações “fechadas” sobre os processamentos da recategorização que, muitas vezes, ao concentrarem-se no saber que se restringe ao ponto de vista da produção, ou o científico; ou nas previsões sociocognitivas que dão suporte a determinados contextos de recepção, podem tanto limitar as possibilidades várias de metabolização do referente quanto limiar o próprio bojo epistemológico em que se inscreve a teoria, deixando-a parecer engessada/engessadora.

Na letra da canção já apresentada na seção anterior, temos um texto que constrói o referente de maneira mais poética, mais abstrata e que o representa, textualmente, com menos anáforas diretas e, mais indicialmente, pela relação com a predicação – conquanto, na letra da música, tenha-se, além desse trabalho com a predicação, um índice mais alto de anáforas diretas, por meio das quais se construa a complexidade do referente de forma a associá-lo mais explicitamente às questões da opressão feminina, da raça, do trabalho.<sup>26</sup>

Foi dessa forma que observamos que, a despeito do processo de produção, as três formas de olhar a recategorização do objeto de discurso, atribuindo-lhe relação com objetos de mundos distintos, foram respeitadas as pistas linguísticas do texto e o discurso literomusical em que ele se (re)produziu. Acreditamos que essa relação entre o referente Maria e uma recategorização que possibilita representar espaço de luta em diferentes lugares sociais ajuda a corroborar a natureza constituinte do discurso literomusical; natureza essa que reforça duplamente a tese de Costa (2001), tendo em vista que traspassa pela voz de um enunciador que se representa no lugar de embates sociais e de inserção, no conjunto de sua obra. Assumimos, desse modo, exatamente, porque observamos que, nas diferentes formas de recategorizar “Maria”, há um atravessamento que se permite igual em todos esses contextos: o da exclusão – o que marca a letra da música muito especificamente no contexto político, ainda que o interlocutor não conheça seu contexto de produção.

---

<sup>26</sup> Pelo fato de nosso objetivo concentrar-se na análise da letra da música, não teceremos análises detalhadas sobre o processamento anafórico do poema primeiro, concentrando-nos nesse aspecto mais global de linha contextual.

## Considerações finais

No presente estudo, objetivamos considerar a teoria ressignificada da recategorização a que considera os elementos co(n)textuais no redimensionamento de um referente ao anaforizá-lo. Após considerar a teoria mediante uma perspectiva mais atualizada, empreendemos a análise de “Maria Maria”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, do ponto de vista do discurso literomusical. Contudo, não nos prendemos a esse discurso entendido como constitutivo para empreender a análise da recategorização do referente “Maria”; antes, nós o consideramos como ponto de partida para verificar como ocorrem as extrapolações da construção de um referente a partir do olhar sociocognitivo do interlocutor.

De um primeiro momento linguístico da análise, vimos que a recategorização não se autoriza, na letra de “Maria Maria”, pelas retomadas diretas, tendo em vista ocorrer, exclusivamente, a repetição do nome. Essa recategorização ocorre pela via dos atributivos localizados no cotexto, que autorizam a ressignificação de Maria como “Maria comum”, “Maria sem pompas”, ou “apenas Maria”.

Ao ampliar o escopo da análise para o lugar social da construção do referente, selecionamos falas aleatórias de representantes de três lugares sociais para observarmos como recategorizam o referente “Maria”. Apropriamo-nos para a discussão de seus lugares cognitivos (mais estreitamente relacionados ao conhecimento de mundo) e interacionais (mais estreitamente relacionados aos lugares de engajamento político-social).

Apesar de a Linguística Textual não comportar certas questões macrossociais, tais como a relação língua(gem), poder e mudança social, como o fazem as análises do discurso, por exemplo, já é ponto pacífico que o contexto deva ser agregado aos empreendimentos analíticos das produções de sentido (CAVALCANTE; CUSTODIO FILHO, 2010). Dessa forma, a presente análise quer ampliar as discussões que circundam a temática da referência.

Defendemos que a exclusão promulgada ao referente por meio dos atributivos é o que permite a recategorização de “Maria” nos diferentes contextos sociais ora vislumbrados, o que se faz pela espinha dorsal que perpassa o discurso de “Maria Maria”: a política – que é de onde se erigem as bandeiras do feminismo, do socialismo e do movimento

LGTBQ. Esses apontamentos levam, por fim, ao que consideramos possibilitar ao objeto de discurso “Maria” um valor axiológico.

Se muitos outros aspectos poderiam ser abordados, o espaço não o permite. Fica, portanto, o convite a um diálogo e a uma abertura para que se pensem outras considerações que ampliem ou debatam essas que aqui foram colocadas, sem nos esquecermos de uma necessária relação com o ensino: em contexto escolar, o que se poderia abordar a esse respeito? Discutir-se-ia com os estudantes sobre o lugar sociocognitivo do coenunciador e a importância desse lugar para a homologação e a reconstrução do referente? Aproveitar-se-ia esse tipo de discussão para, então, ajudar a desenvolver o conhecimento de mundo do estudante, em uma abordagem interdisciplinar com professores de Artes e de História? Mostrar-se-ia, coadunado a isso, que certos domínios discursivos possibilitam reencaminhamentos viabilizados pelas construções referenciais, nesse sentido, ocorrendo de forma distinta de outros domínios discursivos? Trata-se de uma gama de discussões possíveis, somente se estivermos, nós mesmos, despidos de cerceamentos teóricos.

## Referências

ADAM, J. M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES FILHO, F. Sua casinha é meu palácio: por uma concepção dialógica de referenciação. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 10, n. 1, p. 207-226, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-76322010000100010>

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. Construção da referência e estratégias de designação. Tradução (inérita) de Mônica Magalhães Cavalcante. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (org.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtsh: Université de Neuchâtsh, 1995. p. 227-271.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BASSETTO, L. M. T. *O funcionamento de nomes próprios no processo de referenciação*. 2015. 204f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.



BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. Por um interacionismo sociodiscursivo. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2012.

CAVALCANTE, M. M. Anáfora e deixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M. M.; BENTES, A. C. (org.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 125-149.

CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. v. 1.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. In: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (org.). *Estudos do discurso: caminhos e tendências*. São Paulo: Paulistana, 2016. Disponível em: <http://cied.fflch.usp.br/sites/cied.fflch.usp.br/files/u31/Livro-CIED-2016-final.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2018.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*, Natal, v. 2, p. 56-71, 2010.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, M.; SANTOS, L. W. Referenciação e marcas de conhecimento compartilhado. *Lingua(gem) em Discurso*, Tubarão, SC, v. 12, n. 3, p. 657-681, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-76322012000300002>

CIULLA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 2008. 201f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CIULLA, A. Categorização e referência: uma abordagem discursiva. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 56, n. 2, p. 247-258, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v56i2.8641477>

COSTA, N. B. *A produção do discurso literomusical brasileiro*. 2001. 486f. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

COSTA, N. B. As letras e a letra: o gênero canção na mídia literária. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.) *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 117-133.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: \_\_\_\_\_. (org.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019

CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 2011. 330f. Tese. (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

DELL'ISOLA, R. L. P. *Retextualização de gêneros escritos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DIJK, T. V. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? *Revista QG Feminista*, [S.l.], 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeed092dae3a>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GUIMARÃES, S. A. G. *Periferias cariocas e sua geografia linguística: aspectos da referenciação na diversidade da língua escrita – entre o ideal e o real*. 2018. 338f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

JAGUARIBE, V. M. F. O jogo da recategorização no texto poético. In: JORNADA – GELNE, XX., 2004, João Pessoa. *Anais [...]* João Pessoa: UFPB, 2004. p. 2597-2608. Disponível em: [http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2004/prin\\_total.htm](http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2004/prin_total.htm). Acesso: 22 jul. 2019.

JAGUARIBE, V. M. F. Os caprichos e as condescendências do discurso literário. In: CAVALCANTE, M. *et al.* (org.). *Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 2. p. 221-249.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*: Trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *Delta*, São Paulo, n. 14, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44501998000300012>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44501998000300012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000300012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 15 jan. 2016.

LIMA, S. M. C. *Entre os domínios da metáfora e da metonímia*: um estudo de processos de recategorização. 2009. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

LIMA, S. M. C.; CAVALCANTE, M. M. Revisitando os parâmetros do processo de recategorização. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVel*, [S.l.], v. 13, n. 25, p. 295-315, 2015.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.) *Gêneros textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 19-38.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

OLIVEIRA, T. Mulheres negras: sororidade e luta, 12 mar. 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/quilombo/mulheres-negras-sororidade-e-luta/>. Acesso: 20 jul. 2019.

PACHECO, M. A. *Elis de todos os palcos: embriagues equilibrista que se fez canção*. 2009. 246f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília Programa de Pós-Graduação em História. Brasília, 2009.

RUY, J. C. Milton, Darcy e Graciliano: paixão pelo Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/197451-1> Acesso: 20 jul. 2019.

SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

SANTOS, L. W.; COLAMARCO, M. Referenciação e ensino: panorama teórico e sugestões de abordagem de leitura. *Gragoatá*, Niterói, n. 36, p. 43-62, 2014.

SANTOS, L. W.; CUBA RICHE, R.; TEIXEIRA, C. S. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, C. A. S. *A negritude através de Maria Maria de Milton Nascimento*. 2003. 120f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão do Curso de Pós-Graduação em Literatura Brasileira e Teoria Literária, Florianópolis, 2003.

SOARES, M. S. *Processos referenciais por nome próprio como estratégias argumentativas*. 2018. 119f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.

TORRES, L. S. *Os benefícios intersemióticos do gênero canção popular para o aprendizado de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II*. UERJ: Projeto de Pesquisa, 2018.